

Adiada a votação sobre o perdão aos devedores

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A votação da anistia aos empresários e produtores rurais que fizeram empréstimos durante o Plano Cruzado foi adiada. A questão poderá ser decidida hoje, como querem os autores da emenda, mas o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, poderá obstruir a votação. Tudo depende das negociações que se realizam agora de manhã.

A reunião das lideranças partidárias, ontem, foi muito tumultuada, e contou pela primeira vez com a presença de Sant'Anna que, a convite de Ulysses Guimarães — cuja participação foi decisiva — foi tentar adiar a votação para evitar o confronto em plenário, propondo um acordo que ajude a categoria dos micro e pequenos empresários e dos pequenos e médios produtores rurais, mas não proporcione uma descompensação no caixa do governo.

Ameaça

O ministro da Fazenda, Mafison da Nóbrega, deu entrevista ontem dizendo que procurou mostrar ao público, em sua fala pela televisão na segunda-feira, que não será o governo o maior prejudicado pela aprovação do perdão da correção monetária, mas sim o contribuinte. E quando um repórter observou: "O sr. assustou todo mundo com a ameaça de novo empréstimo compulsório", respondeu que "não é ameaça. É que o compulsório é uma das quatro fontes que o governo tem para cobrir os gastos com a anistia".

Depois explicou que o governo só pode conseguir recursos "emitindo moeda ou títulos, aumentando os impostos ou criando um compulsório". Mafison da Nóbrega considerou o adiamento da votação favorável, porque dará mais tempo aos dois lados para que exponham as suas razões. E, para a emenda proposta por Mansueto de Lavor, Humberto Souto e Ziza Valadares, teve apenas duas palavras: um "desastre" e uma "catástrofe".

As novas contas do Ministério da Fazenda, relativas à fusão das emendas, estimam o custo total do perdão em Cz\$ 750 bilhões, a 30 deste mês. A cada mês essa conta aumentaria entre 100 e 150 bilhões, o que torna impossível prever seu custo real, segundo o ministro. A conta anterior, de Cz\$ 1,6 trilhão, referia-se às três emendas originais, explicou ele.



Ulysses resolve adiar votação para poder negociar

Abreu questiona competência

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, disse ontem, ao sair do gabinete do presidente Sarney, que alimenta "sérias dúvidas" sobre se a Assembleia Nacional Constituinte tem, de fato, competência para declarar a anistia aos débitos contraiados no período do Plano Cruzado pelos pequenos e microempresários e agricultores.

"Tenho mesmo sérias dúvidas sobre se a Constituinte tem competência para mexer nos contratos celebrados entre as pessoas", afirmou o ministro, ressaltando que, em sua opinião, "se um contrato foi firmado, ele tem de ser cumprido". A seu ver, está se recriando no País "um estímulo ao desrespeito aberto dos contratos, que passam a não valer nada". E frisou: "Na minha opinião, o maior mal que pode advir de uma decisão destas é de natureza moral".



Caiado recebe com surpresa aplausos em vez de vaias

Mais de 1.500 pessoas fazem corredor polonês

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"O povo vota em quem vota com o povo." Este foi o principal slogan dos agricultores, pequenos e microempresários, que formaram um corredor polonês de mais de 1.500 pessoas, para tentar convencer os constituintes a aprovarem a fusão de emendas que propõe a anistia fiscal para as dívidas das duas categorias. Liderando este corredor estava o presidente licenciado da União Democrática Ruralista (UDR) Ronaldo Caiado, que cobrava de cada parlamentar os compromissos da campanha eleitoral. Para os que defendiam abertamente a emenda, aplausos. Para os que eram contra, como o banqueiro constituinte Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ), eles apenas gritavam "justiça, justiça".

"Para mim foi surpresa não ter sido vaiado", disse Ronaldo César, aliviado, após percorrer incólume os cerca de 500 metros do corredor polonês. "É que a UDR tem batido muito em mim no interior", explicou, esclarecendo em seguida que considera a causa justa, "porque muita gente está quebrada mesmo". Mas o deputado acredita que isso não é assunto para a Consti-

tuínte, porque seria injusta dar o perdão para todos, enquanto muitos já venderam suas propriedades para pagar as dívidas.

A movimentação cresceu a partir das 15 horas, quando a maior parte dos constituintes deixava seus gabinetes em direção ao plenário. A chegada de Ronaldo Caiado agitou os lobistas, que chegaram a carregá-lo nos braços.

"Por favor, vote isso logo, líder, todo mundo está angustiado e precisa de uma solução", disse Caiado a Carlos Sant'Anna, no meio do corredor polonês. "Nós vamos resolver isso no máximo em 24 horas", respondeu ele. Caiado insistiu: "Mas o senhor não vai querer deixar isso para o final das disposições transitórias, não é?" Enfático, Sant'Anna anunciou: "Não, em 24 horas tudo estará resolvido". "Sant'Anna, Sant'Anna", passaram a gritar os lobistas.

Cada constituinte que passava ouvia o apelo de um microempresário ou produtor rural de seu Estado. "Não se esqueça de nós, que nós não esqueceremos de você na eleição", disse um agricultor para o deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), que é contra a proposta.

"Pensei que isso tinha acabado", comentou Scalco, referindo-se à pressão de Caiado nos corredores.

Um convite à inadimplência, diz empresário

O presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Federasul), César Rogério Valente, e o ex-ministro da Indústria e Comércio, Marcos Vinícius Pratini de Moraes, elogiaram ontem, em Porto Alegre, as declarações do ministro da Fazenda, Mafison da Nóbrega, que advertiu para a possibilidade de "desordem econômica" no País, caso a Constituinte aprove a fusão de emendas que visam a anistiar a cobrança de correção monetária nas dívidas dos pequenos e microempresários e produtores rurais. Ambos criticaram a iniciativa da anistia: "Será um convite à inadimplência total".

Eles acreditam que a aprovação da anistia provocará graves desequilíbrios nas finanças públicas, com a possibilidade de hiperinflação, aumento de impostos e o agravamento do déficit público, como alertou Mafison na segunda-feira. Pratini de Moraes prevê que a anistia será "um escândalo, um prato demagógico e um péssimo exemplo da Constituinte à sociedade brasileira". Para Valente, é "demagogia barata, típica de um país anárquico".

"A situação foi colocada pelo ministro com muita clareza e honestidade", disse Valente, para quem os constituintes não terão depois a desculpa de terem votado "no escuro": "É ingenuidade pensar que a diferença da anistia sairá dos bancos. Ela sairá do aumento dos impostos e da inflação". Para Pratini de Moraes, além do aumento de impostos, a anistia trará outra consequência: "Somente votarão no PMDB, nas próximas eleições, os que foram anistiadados, e todo o restante votará contra o partido".

"EMPRESA NÃO É BRINQUEDO" Valente lembrou que o empresário deve ter noção de que exerce uma atividade de risco e deve se responsabilizar por seus atos, "pois somente assim saberá que empresa não é brinquedo". O presidente da Federasul propõe duas alternativas para o problema: o ingresso de ações na Justiça para quem se sentir prejudicado e a análise separada de cada caso nos órgãos financeiros. Já Pratini de Moraes defende a renegociação das dívidas.

Congresso investigará o endividamento externo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O endividamento externo brasileiro será investigado por uma comissão mista do Congresso, no prazo de um ano a partir da promulgação da nova Carta. A decisão foi tomada ontem pela Constituinte, por 443 votos, contra cinco e igual número de abstenções, com base numa fusão de emendas de autoria de 15 parlamentares. De acordo com o texto, nesse período a comissão fará um exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores da dívida externa do País.

A comissão terá força legal de

uma CPI para fins de requisição e de convocação, e contará com o auxílio do Tribunal de Contas da União. Apurada a irregularidade, o Congresso proporá ao Poder Executivo a declaração da nulidade do ato e encaminhará o processo ao Ministério Público Federal, que formalizará, no prazo de 60 dias, a ação cabível.

Na mesma votação, a Constituinte decidiu extinguir os fundos existentes na data da promulgação da Constituição, desde que não ratificados pelo Congresso no prazo de dois anos, excetuados os resultantes de isenções fiscais que passem a integrar o patrimônio privado e os que interessem à defesa nacional.

Também até a promulgação da lei complementar que vai disciplinar o assunto, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios não poderão gastar com pessoal mais do que 65% do valor das suas respectivas receitas correntes.

A fusão contemplou ainda questão completamente diferente, assegurando o exercício cumulativo de dois cargos ou empregos privados de médico que estejam sendo exercidos legalmente por médico civil ou militar na administração pública direta ou indireta.

A íntegra dos artigos votados hoje pela Constituinte estão na página 28

Salário de marajá será limitado

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os vencimentos, remuneração, vantagens e adicionais — inclusive proventos de aposentadoria — dos marajás terão de ser imediatamente reduzidos aos limites fixados na parte permanente da futura Constituição para os servidores públicos. A medida foi aprovada por 401 votos contra um e seis abstenções, ontem, pela Constituinte.

Os limites salariais fixados na parte permanente da futura Carta são os seguintes: no Poder Executivo, a remuneração de ministro de Estado; no Poder Legislativo, a remuneração do deputado ou do senador; no Poder Judiciário, a remuneração dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Nos Estados e municípios, a remuneração será a das autoridades equivalentes à do âmbito federal.

A Constituinte aprovou ainda,

por 432 votos contra cinco e oito abstenções, vários benefícios para o ex-combatente que tenha efetivamente tomado parte em operações bélicas durante a II Guerra Mundial, como os que participaram da campanha da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália (pouco mais de 23 mil soldados e oficiais).

Os ex-combatentes poderão ingressar no serviço público sem a exigência de concurso e com estabilidade. Terão direito à pensão especial correspondente à de um segundo-tenente das Forças Armadas — Cz\$ 61 mil —, que poderá ser requerida a qualquer tempo, sendo inacumulável com quaisquer rendimentos recebidos dos cofres públicos, exceto os benefícios previdenciários, ressalvado o direito de opção. A pensão à viúva, companheira ou dependente, em caso de morte do ex-combatente, será correspondente à pensão especial de segundo-tenente. Terão direito ainda a assis-

tência médica, hospitalar e educacional gratuita, extensiva aos dependentes; aposentadoria com proventos integrais aos 25 anos de serviço efetivo, em qualquer regime jurídico de trabalho e prioridade na aquisição de casa própria para os que não a possuam ou para suas viúvas ou companheiras. As medidas foram aprovadas com base numa fusão de emendas de autoria de nove constituintes.

Foram excluídos dos benefícios os militares que participaram das operações de São Domingos, em 65, e da manutenção da linha de paz entre Egito e Israel, entre 56 e 67.

Os seringueiros (trabalhadores da extração da borracha) recrutados em 1943 também foram beneficiados. Por 351 votos contra 22 e 28 abstenções, a Constituinte aprovou para eles pensão vitalícia mensal no valor de dois salários mínimos, quando carentes.

Sarney faz consulta sobre segundo turno

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney reúne amanhã o Conselho Político: vai ouvir seus ministros e líderes sobre o segundo turno nas eleições municipais de cidades com mais de 200 mil eleitores, antes de se decidir pelo veto a esse dispositivo no projeto de lei aprovado pela Câmara no dia 15. O prazo de sanção da lei é de 4 de julho, e a tendência, hoje, é vetar, medida que pode se revelar inócua se o dispositivo for mantido no projeto de Constituição em votação. O PFL tentará derrubar os dois turnos este ano com emendas supressivas.

Interrogado sobre os dois turnos em 88 pelo líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha, o presidente devolveu a questão: "E você, o que acha?". Embora seu partido esteja contra, Gadelha, pessoalmente, não teme os dois turnos, e defende sua manutenção na Constituição, por achar que a medida favorece o pluripartidarismo. Além disso, o veto, hoje, teria um sentido meramente político, já que a decisão final está mesmo com a Constituinte. O deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) foi categórico: "A promulgação da nova Constituição pode ocorrer apenas no dia 14 de novembro, que, no dia 15, a eleição será em dois turnos".

Se forem mantidos os dois turnos para eleições municipais na segunda votação do projeto de Constituição, em julho próximo, e o presidente tiver vetado a medida para 88, resta a saída da demanda judicial, com provável insucesso para o governo, na opinião de Andrada e Gadelha. Da mesma forma, se caírem os dois turnos por emenda supressiva, em julho, a eleição para prefeitos se fará em apenas um tur-

no, independentemente da medida que o presidente Sarney vier a adotar agora.

O líder do PFL na Constituinte, José Lourenço, defende o veto presidencial agora e uma emenda supressiva para tirar o dispositivo da Constituição em votação de segundo turno. O que o presidente pode fazer, com seu voto, é dar uma mão ao Partido da Frente Liberal. Além de considerar as dificuldades para que a nova Constituição passe a reger o processo eleitoral deste ano — dois turnos, voto aos 16 anos e ineligibilidade estão entre as inovações — o PFL teme perder qualquer chance de vitória em municípios com mais de 200 mil eleitores. É que, com exceção de Belo Horizonte, onde o partido avalia ter o apoio dos pequenos partidos no segundo turno, caso fique na disputa, o PFL fica sozinho em qualquer cidade com mais de 200 mil eleitores.



Alencar Monteiro 21 4/88
Marcondes Gadelha

Erundina abre campanha na Câmara

A candidata do PT à Prefeitura de São Paulo, Luíza Erundina, iniciou ontem sua campanha com uma visita à Câmara Municipal. Não só porque aí começou sua vida política, como vereadora, em 1983, recebeu ela, mas porque já definiu que um dos pontos principais do seu programa de governo é dar apoio ao Legislativo em todas as propostas de interesse da população. Recebida pela bancada do PT, Erundina propôs aos cinco vereadores — todos candidatos à reeleição — que seja marcada uma visita ao Tribunal de Contas do Município, que "não pode continuar a ser um órgão burocrático. Queremos rediscutir sua atuação com a sociedade", disse a candidata.

A escolha do vice da chapa do PT será feita na pré-convenção municipal do partido, marcada para os dias 1, 2 e 3 de julho. O nome mais cotado, até agora, é o do advogado Luís Eduardo Greenhalgh. Erundina garantiu que não vai interferir na escolha do vice, mas faz algumas exigências: ele deve ter um perfil que a complete, em termos tanto de personalidade como de representatividade.

A candidata voltou a criticar o empresário Sílvio Santos (PFL), possível concorrente seu na disputa pela Prefeitura: "Ele deve ser combatido não só eleitoralmente, mas também por representar a negação da democracia, ao recusar a orientação do partido e afirmar que não tem programa nem ideologia. E, com seu Baú, já causou a infelicidade de diversos trabalhadores".

Erundina disse preferir as eleições em dois turnos, mesmo no seu caso, pois aposta no apoio das forças democráticas se for necessário decidir entre ela e um adversário.